

DPF investiga administração de Collor

Por determinação do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, a Polícia Federal começará a investigar as denúncias de prática de corrupção ocorrida no governo de Fernando Collor de Mello em Alagoas. O ministro também solicitou providências a esse respeito ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga.

A decisão do ministro deve-se às denúncias encaminhadas ao seu gabinete, ontem, pelo deputado Vivaldo Barbosa, líder do PDT na Câmara, acompanhada de um pedido para que sejam apuradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. No telex enviado ao ministro, o parlamentar acusa o ex-governador de Alagoas de desviar verbas federais do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) e do Sistema de Habitação, e denuncia os acordos que Collor fez com os usineiros alagoanos, que resultou na quitação de seus débitos com o Produban, e a devolução do ICM pago pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Depois de determinar providências à Polícia Federal e ao Ministério Público, Oscar Corrêa enviou ontem mesmo um telex a Vivaldo Barbosa solicitando-lhe maiores esclarecimentos sobre essas denúncias, "a fim de poder providenciar a apuração de tais fatos por parte da Polícia Federal e do Ministério Público da União".

Candidato

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, levou a sério a hipótese, e está propenso a se candidatar à Presidência da República. Ele disse ter recebido muito incentivo



nesse sentido, e já até conversou com o presidente José Sarney sobre o assunto. Corrêa poderia ser, dependendo "da evolução dos fatos", o candidato à Presidência da República que o Governo não tem.

O ministro, na verdade, já está se movimentando para viabilizar sua candidatura, e enviou representantes para conversas com lideranças em vários Estados. O ministro pretende se lançar em 10 dias, mas ainda não revelou por qual legenda pretende disputar a Presidência da República.

Há mais ou menos dois meses Corrêa vem conversando com políticos, quando, invariavelmente, analisa o quadro político e afirma que os atuais postulantes não estão "sensibilizando o eleitorado". Há quem atribua, inclusive, a Dias Corrêa a decisão do presidente Sarney em vetar a lei aprovada no Congresso Nacional, que fixava em seis meses o prazo de desincompatibilização para ministros de Estado.